

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

Data: 18 de dezembro de 2006.

Local: Sala de Reuniões do 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Remigio Todeschini, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Luiz Fernando de Souza Emediato, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do CODEFAT; Itazil Fonseca Benício dos Santos, Conselheiro Titular Representante do MAPA; Geraldo Almir Arruda, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Maria Izabel Rezende Aboim, Conselheira Titular Representante do BNDES; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CGT; Francisco Braga de Souza, Conselheiro Titular Representante da SDS; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Rodolfo Tavares, Conselheiro Titular Representante da CNA; Roberto Nogueira Ferreira, Conselheiro Suplente Representante da CNC.

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e seis, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Nonagésima Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo
3 ao Trabalhador – CODEFAT, sob a Presidência do Conselheiro Titular Representante do Ministério do
4 Trabalho e Emprego - MTE, Sr. Remigio Todeschini. **ABERTURA.** O Presidente agradeceu a
5 presença dos Conselheiros e referindo-se às alterações de data para realização da presente reunião,
6 observou que a mesma contaria com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Exmo. Sr. Luís
7 Marinho, que havia expressado sua vontade de estar no encerramento das atividades do Conselho em
8 2006, mas foi convocado pelo Presidente da República para uma viagem, pedindo desculpas em seu
9 nome. Deixou registrado os pêsames à família pelo falecimento do Sr. Miranda, Assessor do
10 Conselheiro Titular Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Lourival Novaes
11 Dantas, que agradeceu os votos em seu nome e em nome da CNI. O Presidente referiu-se à realização
12 da reunião do GAP e observou que após os assuntos para homologação haveria uma apresentação do
13 balanço das atividades do Conselho e dos principais programas desenvolvidos. Observou que 2006 foi
14 um ano bastante intenso, destacando dois aspectos principais: 1) a nova implementação do Sistema
15 Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR através dos estados e grandes municípios, a partir da
16 Resolução nº 466, de 21 dezembro de 2005, superando as dificuldades e implementando esse sistema
17 integrado; e, 2) continuando a partir da gestão do Representante da CNI, um novo sistema de depósitos
18 especiais, mantendo durante esse ano um valor nos investimentos de custeio, giro, etc., muito elevado,
19 podendo-se observar que nos últimos 4 anos foram disponibilizados cerca de R\$ 60 bilhões em
20 depósitos especiais do FAT, resultado do grande trabalho realizado pelo CODEFAT, contribuindo para

21 a manutenção e geração de emprego e atendendo aos setores com maior necessidade de recursos.
22 Prosseguindo, o Presidente passou ao **II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 –**
23 **Aprovação da Ata da 89ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2006.** Indagou se
24 havia alguma manifestação em contrário, em não havendo, considerou a Ata aprovada por
25 unanimidade. **ITEM 2 – Termos de Alocação de Depósitos Especiais – TADE e Termos Aditivos:**
26 **(§ 8º do Artigo 3º da Resolução nº 439/2005 – “A cada trimestre, serão submetidos à deliberação do**
27 **CODEFAT os TADE e Termos Aditivos celebrados”).** O Presidente solicitou ao Secretário-Executivo
28 do CODEFAT, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, que apresentasse o Item de forma
29 sucinta. O Secretário-Executivo informou que a partir da última reunião do Conselho foi elaborado um
30 quadro que descrevia resumidamente o objeto, valor alocado, instituição financeira e a finalidade dos
31 TADE e TA celebrados, passando a citar os referidos TADE, todos celebrados com o Banco do
32 Nordeste do Brasil - BNB: 1) nº 017/2006, publicado em 31 de outubro de 2006, cujo objeto era a
33 transição de serviço do FAT, trazendo evoluções nas resoluções para concessão de financiamento e
34 investimentos destinados a projetos do FAT. Esclareceu que esse TADE era relativo ao PROGER
35 URBANO - Investimento, destinado a financiar capital fixo com capital de giro associado em
36 proporção não superior a 40%; 2) nº 018/2006, publicado em 27 de novembro de 2006, dizia respeito à
37 alocação de recurso para o FAT Infra-Estrutura Econômica, no valor de R\$ 97 milhões, segundo o que
38 a própria resolução de depósito especial disciplinava em competência do MTE, alocados em favor da
39 programação por agente financeiro. Observou que sua finalidade era o projeto de implantação,
40 ampliação e recuperação dos projetos de infra-estrutura; e, 3) nº 019/2006, destinado ao PRONAF –
41 Investimento. Relatou que esses eram TADE de finalidade ou de transição ou, então, de alocação de
42 recursos de exercícios anteriores que estavam à disposição dos agentes financeiros, não sendo recurso
43 novo. Na seqüência, citou os Termos Aditivos: 1) nº 02/2006 ao TADE nº 018/2005, PROGER
44 URBANO – Investimento, celebrado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 225 milhões; 2) nº
45 01/2006 ao TADE nº 08/2006, FAT - Giro Setorial - Micros e Pequenas Empresas, celebrado com o
46 Banco do Brasil, no valor de R\$ 80 milhões; 3) nº 03/2006 ao TADE nº 09/2006, FAT - Giro Setorial
47 de Médias e Grandes Empresas, celebrado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 390 milhões; 4) nº
48 02/2006 ao TADE nº 015/2005, PROGER URBANO – Capital de Giro, celebrado com o Banco do
49 Brasil, no valor de R\$ 120 milhões; 5) nº 02/2006 ao TADE nº 08/2006, FAT Giro Setorial - Micro e
50 Pequenas Empresas, celebrado com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 120 milhões; 6) nº 04/2006 ao
51 TADE nº 09/2006, FAT – Giro Setorial - Médias e Grandes Empresas, celebrado com o Banco do
52 Brasil, no valor de R\$ 230 milhões; 7) nº 03/2006 ao TADE nº 016/2005, PROGER URBANO –
53 Capital de Giro, celebrado com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, no valor de R\$ 185 milhões; 8)
54 nº 04/2006 ao TADE nº 08/2005, PROGER URBANO – Investimento, celebrado com a CAIXA, no
55 valor de R\$ 401 milhões; e, 9) nº 01/2006 ao TADE nº 011/2005, FAT - Giro Rural, modalidade

56 Aquisição de Títulos e Produtores Rurais, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento
57 Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 290 milhões. O Conselheiro Suplente Representante da
58 Confederação Nacional do Comércio – CNC, Sr. Roberto Nogueira Ferreira, indagou como se daria a
59 prestação de contas desses Termos Aditivos, quantas empresas foram beneficiadas, os setores
60 atendidos, bem como se o recurso havia sido alocado em capital de giro, produção, etc.. Em resposta a
61 essas indagações, o Secretário-Executivo esclareceu que estava programada, junto ao Banco do Brasil,
62 a elaboração de um relatório completo, a pedido do MTE, que seria disponibilizado ao Conselho. O
63 Representante do Banco do Brasil, Sr. Carlos Eduardo Pedretti, informou que o relatório sintético do
64 desempenho de cada setor estava pronto para apresentação imediata. Destacou que poderia enviar ao
65 Conselho o relatório feito até setembro, de desempenho em cada estado, o porte por empresa, região,
66 setor econômico, complementando que poderiam preparar, a partir do mês de janeiro de 2007, outro
67 relatório completo, de todo desempenho do programa até o dia 31 de dezembro de 2006, quando se
68 encerrava. O Conselheiro Titular Representante da Social Democracia Sindical – SDS, Sr. Francisco
69 Braga de Souza, aproveitando a presença do representante do Banco do Brasil, relatou que o BNDES,
70 a pedido da bancada dos trabalhadores, havia feito um relatório colocando o número de novos
71 empregos gerados a partir dos recursos do FAT. Solicitou que a Secretaria Executiva enviasse um
72 expediente ao Banco do Brasil e a todos os agentes financeiros que trabalhavam com recursos desse
73 Fundo, que municiassem o Conselho de informações concernentes ao número de empregos diretos e
74 indiretos, principalmente os diretos gerados a partir dos recursos oriundos do FAT, dados esses que
75 eram muito importantes para todos e para o próprio, como Conselheiro e representante da classe
76 trabalhadora, e que justificava realmente a existência desse Fundo e a sua continuidade. O Presidente
77 registrou que o Banco do Brasil iria fornecer a todos os Conselheiros as informações solicitadas pelos
78 Conselheiros da CNC e da SDS, considerando, também, o fato de se estar em um processo de
79 estabelecer sempre novos métodos de como fazer essa aferição da métrica do emprego em vista da
80 questão dos financiamentos. Informou que recentemente o BNDES divulgou um documento, sobre o
81 setor do agronegócio, fazendo um comparativo entre tomadores de empréstimo do BNDES e do FAT,
82 e que havia uma diferença significativa na geração de emprego, observando que não era fácil
83 estabelecer um método, tendo que se fazer um estudo entre várias metodologias para poder fazer esse
84 aferidor, ressaltando a preocupação e a cobrança feita pelo Ministro para que se pudesse ter esse
85 aferidor. A Conselheira Titular Representante do BNDES, Sra. Maria Izabel Rezende Aboim,
86 observou que o Banco vinha fazendo essa tentativa em relação não só ao agronegócio, eram estudos
87 que o Banco fazia de impactos de empresas que receberam recursos do FAT e o seu tempo de
88 sobrevivência, destacando a importância desses dados. Na seqüência, o Secretário-Executivo referiu-se
89 à renovação de um termo de conduta com o Ministério Público, que envolvia o relacionamento com a
90 empresa DATAMEC S/A – Sistemas e Processamento de Dados. Esclareceu que era um termo de

91 transição com essa Empresa para cumprir decisões do Tribunal de Contas da União - TCU, sendo que
92 esse termo de transição previa uma ampla modernização do próprio sistema de informática, visando
93 operacionalizar corretamente a propriedade do MTE. Informou que esse sistema previa dois grandes
94 retornos: integração de base e a qualidade do seguro-desemprego. Observou que, infelizmente,
95 informática na opinião pública não era propriamente o óbice de uma forma geral, e que esse segundo
96 momento era com planejamento da ação, a operacionalização e execução da ação, controle, pagamento
97 e prestação de contas, todas as dimensões que fossem convenientes com os executores, toda rede
98 pública, o sistema de emprego e trabalho. Destacou, no caso específico de crédito, uma das ações que
99 envolveria mudanças na base de gestão das alterações de crédito com duas dimensões: 1) a
100 possibilidade de fazer auditoria de informação prestada pelo agente financeiro, desenvolvendo uma
101 metodologia de amostragem por programas, por linhas de crédito, com a base selecionando de acordo
102 com esses critérios de representatividade de estatística e um determinado volume de operações de
103 créditos, chegando, assim, junto às agências dessas operações de crédito, de forma à cumprir
104 determinação do TCU; e, 2) a base de gestão das operações de crédito que seriam batidas de modo
105 automático com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Enfatizou que, devido
106 a isso, se estaria solicitando para os agentes financeiros, a data da operação de crédito e a data de
107 encerramento da sua vigência, o período de vigência dentro da operação de crédito contratado pela
108 empresa, a data dessa contratação e o prazo da completação para que se pudesse avaliar o ambiente
109 dessa empresa. Observou que avaliar o emprego somente durante o período de vigência poderia ser
110 uma escolha metodológica incorreta, tendo que observar a empresa no ambiente antes e depois de
111 tomar o crédito. Destacou que havia uma visão de vários ângulos, do BNDES e de diversos outros
112 agentes, com um universo de análise e que se iria limitar ao emprego direto. Destacou que,
113 infelizmente, não se conseguiu reunir condições metodológicas e consensos em todas as instituições,
114 como eram compromissos de mandatos do Ministério. O Secretário-Executivo observou que estava
115 encerrando a metodologia mais restrita com base no CAGED e que iria apresentar aos Conselheiros
116 alguns resultados preliminares com base em dados já disponíveis e pareceres de comparação e análise,
117 tudo dependendo desse desenvolvimento que se estava fazendo no Ministério Público. O Conselheiro
118 da CNC colocou que a linha voltada para os exportadores tinha uma excepcionalidade, uma pressão
119 política em cima do fator crédito, cujo objetivo era fazer a empresa retomar o mercado externo e
120 melhorar a sua posição no exterior. Destacou, referindo-se ao setor de calçados, que nesse ano não
121 aconteceu nada porque o problema não era esse, pois as empresas não dependeriam apenas de
122 empréstimos ou ação de financiamentos para melhorar sua posição, precisaria, ainda, de algumas
123 situações para poder se modernizar, criar marca, buscar mercado, sair daquele mercado antes de ser
124 expulsa, ao qual não conseguiria retornar. O Conselheiro da CNC relatou que o setor de calçados
125 continuava exportando um pouco menos do que exportava em 2005 em valor e em quantidade, essa

126 última um pouco mais que em recursos. Ressaltou que a situação do couro era diferente e que
127 continuava exportando muito, não sabendo se esse fato era contra o Brasil, pois era produto acabado
128 que estava concorrendo com o nacional. Enfatizou que não cabia ao CODEFAT tentar analisar, mas
129 que no caso específico das empresas que tomaram recursos do FAT competia conhecer a situação,
130 tendo a impressão de que a sucessão de empréstimos tomados pela empresa conduzia ao seu
131 encerramento. Ressaltou que, dentro dessa linha de couro e calçados, valia a pena ter um grau de
132 detalhamento maior, facilitado pela possibilidade de detalhar e analisar internamente as empresas, cada
133 um tirando as suas conclusões e ver se valia a pena continuar com essa pressão política. O Presidente
134 observou que, feitas essas observações e com as informações adicionais que viriam do Banco do
135 Brasil, mantinha-se a preocupação em perseguir a métrica da manutenção e geração de emprego,
136 acrescentando que conforme colocado pelo Secretário Executivo, havia um desenho já formatado do
137 ponto de vista operacional informático para se ter um domínio maior dessas informações. Ressaltou
138 que de aí em diante, dependeria de negociações que a Secretaria Executiva fizesse junto ao TCU.
139 Relatou que internamente, no âmbito do Ministério, mais especificamente da Secretaria Executiva,
140 uma das questões centrais do plano estratégico na questão do acompanhamento do financiamento do
141 FAT, era justamente estabelecer um novo método, mais apropriado, para se ter um acompanhamento
142 mais eficaz, preocupação central do MTE. Encerrando, indagou ao plenário se poderia dar como
143 aprovado o conjunto dos TADE e dos Termos Aditivos. Em não havendo nenhum posicionamento
144 contrário, o Item foi considerado aprovado. **ITEM 3 – Aprovação das Prestações de Contas: 3.1.**
145 **Seguro-Desemprego – exercício 2002; 3.2. Seguro-Desemprego – exercício 2003.** O Secretário-
146 Executivo solicitou que fosse retirado de Pauta o Item 3.2. Seguro-Desemprego – exercício 2003, por
147 não ter sido possível concluir o relatório correspondente, passando a apresentação do exercício de
148 2002 pelo Coordenador-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. – CGSAP, Sr. Márcio
149 Alves Borges. O Coordenador-Geral da CGSAP iniciou sua apresentação informando que foi feito um
150 processo de análise das prestações de contas de 2002 até 2005, com a CAIXA, constituído de duas
151 partes, a técnico-operacional, que competia à CGSAP e a financeira, que competia à Coordenação
152 Geral de Recursos do FAT - CGFAT, demonstrando que todas as pendências existentes foram sanadas.
153 Ressaltou que havia na pasta dos Conselheiros, no Item 3, um documento sucinto, apenas para
154 orientação, conforme solicitação do Grupo de Apoio Permanente ao CODEFAT – GAP/CODEFAT, e
155 a Nota Técnica nº 786/2006-CGSAP, que tratava de todo o processo em tramitação. Informou que, ao
156 longo do mês de novembro passado e começo de dezembro, foram realizadas reuniões com os
157 executivos da CAIXA para resolver todos os problemas pendentes, destacando que o Contrato nº 1,
158 que o MTE tinha com esse agente, dava um prazo de 60 dias para, após o encerramento do exercício, a
159 empresa apresentar sua prestação de contas, documento entregue aos Conselheiros na oportunidade,
160 contendo todas as informações operacionais. Ressaltou que foi feita a análise dos dados quantitativos

161 físico-financeiros vinculados à emissão e encerramento de lotes, procedimento de pagamento de
162 trabalhador segurado e que semanalmente a empresa DATAMEC processava lotes e encaminhava para
163 que a CAIXA fizesse o pagamento, procedimento que estava sendo analisado. Destacou que dentro
164 desse procedimento, havia ao longo de 2002, para cada modalidade, 52 lotes emitidos para que a
165 CAIXA fizesse o pagamento do trabalhador beneficiado pelo seguro-desemprego, com a situação das
166 parcelas emitidas, com a modalidade formal, pescador artesanal e empregado doméstico e que de todos
167 os procedimentos enviados para a CAIXA, o Ministério tinha uma contra prova, não havendo
168 divergência no confronto das informações. Informou que foi constatada, apesar desses cuidados, uma
169 pequena diferença operacional da ordem de R\$ 33 mil, que foi corrigida e devolvida pela CAIXA ao
170 FAT. Ressaltou que o volume de parcelas restituídas, que eram aquelas que os trabalhadores
171 devolviam obrigatoriamente por recebimento indevido, representava basicamente 0,24% do total.
172 Enfatizou que a Prestação de Contas atendeu aos prazos definidos nas resoluções do CODEFAT e que,
173 no caso de 2002, esses lotes eram relativos ao período de janeiro a dezembro de 2002. Finalizando sua
174 apresentação, o Coordenador-Geral da CGSAP observou que, não havendo óbice na análise técnica
175 operacional da referida Prestação de Contas, foi sugerida a sua aprovação e encaminhamento para que
176 a CGFAT procedesse à análise e verificação financeira do assunto. O Coordenador-Geral da CGFAT,
177 Sr. Manoel Eugênio de Oliveira, observou que, após análise da Prestação de Contas do Seguro-
178 Desemprego, exercício 2002, recomendava a sua aprovação. Informou que se encontrava na pasta
179 entregue aos Conselheiros, um quadro que dava uma visão em extrato de todo trabalho realizado pela
180 CGSAP, vinculada ao Departamento de Emprego e Salário - DES, e pela CGFAT, vinculada à
181 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, o qual havia sido solicitado pelo
182 Representante Suplente da Central Única dos Trabalhadores – CUT no GAP/CODEFAT, Sr. Sidiclei
183 da Silva Patrício. Destacou que, quanto às Prestações de Contas do exercício de 2003, 2004 e 2005 do
184 Seguro-Desemprego, estavam envidando esforços para apresentar os trabalhos concluídos por parte da
185 CGFAT, uma vez que já foram concluídos por parte da CGSAP, conforme cronograma que estaria
186 sendo entregue aos membros do Conselho, com a previsão de apresentação das próximas prestações de
187 contas do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. Enfatizou que o exercício 2003 estaria sendo
188 entregue na Secretaria Executiva do CODEFAT até o dia 26/12/2006, para ser analisada pelo GAP e
189 depois submetida ao CODEFAT, que a finalização dos trabalhos do exercício 2004 estava prevista até
190 05/03/2007, o exercício de 2005 do Seguro-Desemprego, até 09/04/2007; Abono Salarial exercício
191 2003 e 2004, até 05/03/2007; exercício 2004 e 2005, até 09/04/2007; e exercício 2005 e 2006, até
192 07/05/2007. Observou que os prazos eram mais extensos, considerando que janeiro à março era um
193 período muito complexo devido a execução de atividades atinentes a encerramento e abertura do novo
194 exercício, bem como por ser um período com maior incidência de férias dos servidores. O Presidente
195 ressaltou que a Prestação de Contas de 2002 foi objeto de análise do GAP no último dia 12 de

196 dezembro, e o próprio Grupo propôs aos membros do Conselho a sua aprovação, ressaltando o
197 acompanhamento detalhado para que esse cronograma se efetivasse, para não ficar com acúmulo de
198 prestações de contas anteriores, ainda mais aprovando na reunião em andamento a do exercício de
199 2002, praticamente 4 anos depois, com proposta da Secretaria Executiva do CODEFAT de acelerar
200 esse processo dentro do cronograma apresentado, o que seria observado integralmente. Indagou aos
201 Conselheiros se havia alguma observação ou solicitação de esclarecimento quanto à apresentação da
202 Prestação de Contas do exercício de 2002, ao que o Secretário-Executivo recordou que, conforme anos
203 anteriores, no caso específico de prestação de contas, possuía o despacho a ser assinado pelos
204 Conselheiros. O Presidente solicitou, então, que a aprovação do Item em tela fosse confirmada por
205 escrito, o que foi feito, passando ao próximo Item da Pauta. **ITEM 4. Proposta de Resolução que**
206 **reestrutura a linha de crédito especial FAT - GIRO RURAL e revoga as Resoluções nº 497, de**
207 **28.06.2006, e nº 505, de 22.08.2006.** O Secretário-Executivo observou que havia uma pequena
208 alteração na linha de crédito FAT – Giro Rural, sugerindo que o Coordenador da Coordenação de
209 Programas de Geração de Emprego e Renda - CPROGER, Sr. Danilo Limoeiro, fizesse a apresentação
210 dessa alteração. O Coordenador da CPROGER informou que a alteração da linha de crédito especial
211 FAT – Giro Rural fazia parte do contexto da possibilidade de financiamento de parcelas das dívidas
212 rurais no âmbito do programa de revitalização das cooperativas de crédito, que visava a renegociação
213 de dívida mais os recursos previstos nesse programa, da exigibilidade bancária, mas que alguns bancos
214 regionais de desenvolvimento não tinham essa disponibilidade, sendo que a idéia da demanda que
215 chegou ao MTE e à Secretaria Executiva do CODEFAT, foi de incluir e possibilitar o repasse de
216 recurso do FAT para o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária -
217 RECOOP. Observou que, tendo em vista a solicitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e
218 Abastecimento – MAPA se apresentaria um quadro destacando tais alterações, as quais eram: 1) artigo
219 1º, inclusão de uma alínea ‘c’, sobre a possibilidade de financiamento das parcelas vencidas em 2005 e
220 vencidas ou vencendo em 2006, no âmbito do RECOOP, cujo objetivo era poder alocar recursos do
221 FAT para os blocos regionais que não possuíam exigibilidade bancária, podendo ser repassada para as
222 cooperativas no âmbito deste Programa; 2) alteração no artigo 4º, com inclusão de uma alínea ‘c’,
223 propondo, também, a concessão de financiamento das parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou
224 vencendo em 2006 no âmbito do programa RECOOP. Finalizando, destacou que para o público alvo e
225 itens financiáveis havia a mesma alteração, que de forma resumida visava basicamente incorporar, no
226 âmbito da resolução que normatizava o Giro Rural, essas parcelas vencidas ou vencendo no âmbito do
227 RECOOP. O Secretário-Executivo informou que na reunião do GAP, a Confederação da Agricultura e
228 Pecuária - CNA e o MAPA, solicitaram que se estudasse a possibilidade de ampliação, aproveitando a
229 alteração sugerida, no FAT - Giro Rural, via securitização, ao que o Coordenador da CPROGER
230 complementou com securitização e o Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA. O

231 Secretário-Executivo esclareceu que dependia de manifestação da CNA para se encaminhar uma
232 sugestão à Presidência da Mesa, e que precisaria de um pouco mais de tempo, em âmbito técnico, para
233 discutir junto ao MAPA, a CNA, e os dois bancos diretamente envolvidos na operacionalização, assim
234 como foi feito no caso do RECOOP, na operação específica para dar cobertura às parcelas vencidas e
235 vencendo. Observou que não se teve a oportunidade de fazer um estudo de impacto financeiro, o que
236 estaria sendo proposto para incorporação à Presidência do CODEFAT. Destacou que a Presidência do
237 Conselho tinha o compromisso de regimento com os Conselheiros de que cada medida que era trazida
238 para manifestação do CODEFAT deveria ter uma dimensão do impacto financeiro. Destacou que nesse
239 caso, a sugestão feita à Presidência não era por oposição à idéia de ampliação de mais dois itens do
240 FAT Giro Rural, e sim pela falta de tempo hábil para, junto ao MAPA, a CNA e os bancos fazerem um
241 estudo desse impacto. Observou que a Secretaria Executiva do CODEFAT, que tinha essa obrigação
242 regimental, trazia o constrangimento de os Conselheiros se manifestarem sobre algo sem
243 conhecimento da dimensão do impacto financeiro, o qual não poderia ser apresentado no momento. O
244 Conselheiro Titular Representante do MAPA, Sr. Itazil Fonseca Benício dos Santos, destacou que
245 segundo comunicação feita à Secretaria Executiva do CODEFAT a posição, em termos de estimativa
246 de parcela não paga do PESA, de securitização e do RECOOP, girava em torno de R\$ 25,7 milhões,
247 acreditando que esse seria o impacto financeiro, ou seja, bem abaixo dos R\$ 40 milhões que foram
248 colocados inicialmente. O Secretário-Executivo observou que a Secretaria Executiva do CODEFAT
249 formava com suas equipes opinião técnica de estimativa de impacto financeiro e solicitava a mesma
250 projeção dos agentes financeiros envolvidos no refinanciamento ou na securitização das dívidas, tendo,
251 então, que pedir ao Banco do Brasil e ao BNDES manifestação a respeito das operações diretas ou
252 indiretas, sendo necessário também um parecer da área financeira do MTE em relação à estimativa
253 apresentada pela Agricultura. Destacou que infelizmente não houve tempo, e em havendo consenso
254 entre os Conselheiros e, se confirmada a expectativa de aproximadamente R\$ 25 milhões, para se ter
255 uma referência, e alguns Conselheiros se manifestassem à Secretaria Executiva, não haveria problema
256 para indicar à Presidência um *ad referendum* por consulta, com 48 horas para o Conselho se
257 manifestar. Ressaltou que para a presente reunião não se conseguiu obter essa manifestação, pois a
258 solicitação foi apresentada em um período recente, razão pela qual não foi possível fechar
259 entendimento com a área financeira, não havendo nenhum constrangimento da parte da Secretaria
260 Executiva em submeter uma proposta à Presidência como um *ad referendum* por consulta. O
261 Conselheiro Titular Representante da CNA, Sr. Rodolfo Tavares, destacou que, lamentavelmente a sua
262 área na CNA não era a de crédito rural, resumindo-se sua atividade na Confederação ao setor de
263 relação do trabalho e previdência social, havendo participado da elaboração das propostas como
264 Representante da Agricultura nesse Conselho, incumbindo o assessor na área de crédito rural de
265 entender-se com o Secretário-Executivo do CODEFAT. Enfatizou que, dado o grau de confiança e de

266 entendimento que existia, não poderia de maneira nenhuma, sob pena de uma deselegância, pedir ou
267 forçar que o assunto fosse resolvido nesse momento, mas que gostaria de ressaltar que todos sabiam
268 que quando um assunto chegava ao Conselho era sempre urgente e muito necessário. Destacou que
269 estavam experimentando as piores situações de mercado da agricultura nos últimos tempos, com
270 problemas imensos na área de preços, onde o dólar não deixava de influenciar essa conjuntura, os
271 preços das grandes *commodities*, como era o caso da carne, com o pior preço dos últimos 50 anos, e
272 que o preço do leite, em razão das cotações do leite em pó no mercado internacional, ainda se
273 sustentava em nível razoável. Esclareceu que o sistema cooperativo, de uma maneira ou de outra,
274 absorveu o impacto de muitos desses problemas, mas que grande parte das cooperativas comprometeu
275 seu capital de giro, ressaltando que as presentes propostas poderiam minimizar esse impacto. Fez um
276 apelo, caso pudesse ser atendido, de que se fosse possível ainda nessa reunião, no exame da matéria
277 condicionado a essa manifestação posterior do Banco do Brasil, do BNDES e de outros agentes
278 financeiros, que os Conselheiros aprovassem o tema, ratificando esse posicionamento ou, caso
279 contrário, o assunto fosse pautado, obrigatoriamente, na próxima reunião. Citou os negócios argentinos
280 com gado, observando que o sistema cooperativo brasileiro, com todas as dificuldades para se manter
281 íntegro, operacional e atuando no mercado, de forma a viabilizar a comercialização dos produtos
282 nacionais, era motivo de orgulho para os brasileiros. Ressaltou que, dessa forma, não poderia deixar de
283 aceitar a ponderação do Secretário-Executivo e que, caso fosse essa a decisão, se submeteriam à
284 mesma, pelos critérios que reconheciam de agilidade que o CODEFAT vinha demonstrando com os
285 problemas da agropecuária, mas deixaria esse apelo: a aprovação da presente Proposta de Resolução
286 condicionada à manifestação positiva quanto à verificação se efetivamente a grandeza dos valores era
287 compatível com as propostas que estavam sendo feitas, ou se ela mereceria uma nova análise do
288 Conselho. Colocou que, caso isso não fosse possível, que já ficasse aprovada nessa reunião, por *ad*
289 *referendum*, ao que o Secretário-Executivo observou que, embora não houvesse se dedicado a fundo
290 sobre o assunto, juntamente com as equipes responsáveis, caso a securitização estivesse associada ao
291 passado, não via restrição à proposta. Destacou que o *ad referendum* por consulta poderia ser alterado,
292 sendo colocados parâmetros racionais sobre os quais se tinha gestão sobre o impacto financeiro, mas
293 que achava um constrangimento para a Secretaria Executiva apresentar esse assunto, haja vista que
294 estava em discussão no Congresso Nacional uma nova agenda de ampliação de desconto da dívida,
295 com revisão ou ampliação do embate, ou seu refinanciamento em outras condições, e que o MTE
296 precisava se associar a esse movimento. Ponderou que caso o Conselho entendesse que
297 independentemente desse movimento mais geral, que ainda não estava claramente definido, poderia se
298 manifestar dessa forma, caberia à Secretaria Executiva só a competência de subsidiar os Conselheiros.
299 Destacou que não havia objeção, só faltando encerrar uma nota técnica para chegar aos valores
300 aproximados, que se a redação estivesse suficientemente clara, implementando essas novas inclusões,

301 dentro de 2 ou 3 anos, se a Resolução continuasse em vigor, se poderia estar tratando de dívida que
302 ainda seria contraída, sendo essa a única dúvida na redação. O Conselheiro da CNA fez um apelo para
303 que se pudesse garantir essa agilidade, que fosse aprovado *ad referendum* depois do estudo que o
304 Secretário Executivo solicitou. O Presidente destacou que, pelo entendimento da Secretaria Executiva,
305 a proposta apresentada pela CNA era bem recebida no sentido da estruturação da Resolução, com as
306 condicionantes colocadas, que poderia ser submetida por *ad referendum* do Conselho, indagando sobre
307 a concordância dos Conselheiros em aprovar a versão originalmente encaminhada ao Conselho, a qual
308 foi aprovada. O Conselheiro da CNA solicitou que o *ad referendum*, depois dessas informações,
309 pudesse merecer a atenção dos Conselheiros para ter o assunto resolvido no início de janeiro. O
310 Secretário-Executivo observou que deveria ser no início de janeiro, que haveria um esforço
311 concentrado e após se submeteria o resultado ao Presidente. O Presidente passou para **III –**
312 **ASSUNTOS PARA HOMOLOGAÇÃO** - colocando em bloco os assuntos para homologação,
313 integrados pelos Itens 5 a 12, destacando serem na maioria a ratificação das resoluções que tratavam
314 basicamente de prazos frente à questão de convênios plurianuais: **ITEM 5 - Ratificação da Resolução**
315 **nº 513, de 20 de novembro de 2006, aprovada *ad referendum*, que altera a Resolução nº 468, de**
316 **21 de dezembro de 2005, alterada pela Resolução nº 471, de 24 de janeiro de 2006, que estabelece**
317 **e consolida critérios para a concessão do Seguro-Desemprego aos pescadores artesanais durante**
318 **os períodos de defeso, instituído pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, e dá outras**
319 **providências; ITEM 6 - Ratificação da Resolução nº 514, de 20 de novembro de 2006, aprovada**
320 ***ad referendum*, que altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2005, alterada pela Resolução**
321 **nº 492, de 8 de maio de 2006, para estabelecer novo prazo de entrega do plano de transição para**
322 **que os municípios executores assumam integralmente a gestão em seus territórios de atuação;**
323 **ITEM 7 - Ratificação da Resolução nº 515, de 20 de novembro de 2006, aprovada *ad referendum*,**
324 **que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período**
325 **de proibição da pesca, estabelecida pela Instrução Normativa nº 121, de 18 de outubro de 2006, e**
326 **dá outras providências; ITEM 8 - Ratificação da Resolução nº 516, de 22 de novembro de 2006,**
327 **aprovada *ad referendum*, que altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais**
328 **do FAT para o exercício de 2006 – PDE/2006, de que trata a Resolução nº 491, de 28 de abril de**
329 **2006, alterada pelas Resoluções nº 494, de 15 de maio de 2006, nº 498, de 28 de junho de 2006, nº**
330 **506, de 22 de agosto de 2006, nº 507, de 23 de agosto de 2006 e nº 508, de 18 de outubro de 2006;**
331 **ITEM 9 - Ratificação da Resolução nº 517, de 24 de novembro de 2006, aprovada *ad referendum*,**
332 **que autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos**
333 **firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego,**
334 **Trabalho e Renda e a prorrogação dos Convênios firmados em 2005 com o estado de Santa**
335 **Catarina e municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo no âmbito do Sistema**

336 **Nacional de Emprego; ITEM 10 - Ratificação da Resolução nº 518, de 12 de dezembro de 2006,**
337 **aprovada *ad referendum*, que estabelece critérios para a distribuição de recursos do aditivo aos**
338 **Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias ‘Orientação Profissional e Intermediação**
339 **de Mão-de-Obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego’ e ‘Pesquisa sobre**
340 **Emprego e Desemprego’; ITEM 11 - Ratificação da Resolução nº 519, de 13 de dezembro de**
341 **2006, aprovada *ad referendum*, que altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos**
342 **Especiais do FAT para o exercício de 2006 – PDE/2006, de que trata a Resolução nº 491, de 28 de**
343 **abril de 2006, alterada pelas Resoluções nº 494, de 15 de maio de 2006, nº 498, de 28 de junho de**
344 **2006, nº 506, de 22 de agosto de 2006, nº 507, de 23 de agosto de 2006, nº 508, de 18 de outubro de**
345 **2006, e nº 516, de 22 de novembro de 2006; ITEM 12 - Ratificação da Resolução nº 520, de 14 de**
346 **dezembro de 2006, aprovada *ad referendum*, que altera a Resolução nº 518, de 12 de dezembro**
347 **de 2006, aprovada *ad referendum*, que estabelece critérios para a distribuição de recursos do**
348 **aditivo aos Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias ‘Orientação Profissional e**
349 **Intermediação de Mão-de-Obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego’ e**
350 **‘Pesquisa sobre Emprego e Desemprego’. O Conselheiro Titular Representante da Confederação**
351 **Geral dos Trabalhadores – CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, referiu-se à ratificação**
352 **da Resolução relacionada à concessão de seguro-desemprego aos pescadores artesanais, que**
353 **considerou importante, qualificando o seu significado. Destacou não ter nada contra a homologação do**
354 ***ad referendum*, mas que era fundamental que as mesmas fossem recebidas com prazo suficiente para**
355 **fazer alguma análise, sendo esse o momento de homologar, mas também de trazer à tona observações**
356 **sobre qualquer uma dessas resoluções. Referiu-se à Resolução de extensão do prazo do seguro-**
357 **desemprego para o pescador artesanal, observando que gostaria que o MTE e a Secretaria Executiva**
358 **não ficassem apenas nesse contexto da simples extensão ou dilatação do prazo como estava na**
359 **Resolução ou, ainda, que simplesmente examinasse o assunto à luz do que o Instituto Brasileiro do**
360 **Meio Ambiente - IBAMA ou o Ministério do Meio Ambiente - MMA repassavam com relação aos**
361 **pescadores artesanais. Ressaltou que gostaria de ter um pouco mais de conhecimento a respeito da**
362 **situação criada pelo próprio MMA, através da polícia do IBAMA, existindo exigências daquele**
363 **Ministério que terminavam dificultando a atividade do pescador artesanal. Destacou a revisão do**
364 **permissionamento de embarcações em função de grandes exigências colocadas para que esses**
365 **pescadores as adquirissem, com seus procedimentos, normas e equipamentos necessários para poder**
366 **fazer a pesca, os quais muitas vezes não vinham nem em função de que o pescador tivesse que**
367 **suspender suas atividades durante o período de defeso, citando a pesca da lagosta e do camarão.**
368 **Ressaltou que muitas vezes essa proibição se devia a que os equipamentos de pesca pudessem**
369 **provocar ao meio ambiente no tocante, por exemplo, à captura de tartarugas marinhas. Observou que**
370 **existia certa complicação de comércio exterior, onde os Estados Unidos só adquiriam o camarão ou a**

371 lagosta do Brasil caso os equipamentos dessas embarcações estivessem funcionando para evitar
372 exatamente a captura de tartarugas, etc., mas que o custo desses equipamentos, essa adaptação que os
373 pescadores tinham que fazer nas suas embarcações era muito alto e o tempo que foi dado também era
374 muito curto. Informou que, devido a isso, a polícia do IBAMA começou a prender embarcações no
375 litoral do Rio de Janeiro em lugares onde as tartarugas não ficavam para desova, deixando esses
376 pescadores sem poder sobreviver da sua atividade, sendo que vinham em busca do seguro-desemprego.
377 Destacou que a situação originada não tinha nada a ver com a questão do período de defeso, mas sim
378 com o permissionamento das embarcações em relação à adaptação necessária para colocar esses tipos
379 de equipamentos caros, aos quais os pescadores não tinham acesso. Ressaltou que o prazo estipulado
380 pelo MMA, novembro e dezembro, para que os equipamentos e as embarcações pudessem passar por
381 uma revisão, era pequeno, tendo certeza de que milhares de pescadores desse litoral, principalmente de
382 São Paulo, São Sebastião e Ubatuba, estariam provavelmente procurando encontrar alguma alternativa
383 para cadastramento no seguro-desemprego, em função desse tipo de exigência do IBAMA, o que
384 poderia ocasionar grandes problemas. Informou que havia tomado conhecimento desse assunto, que foi
385 a Ubatuba e conversou com a colônia de pescadores, os quais estavam elaborando um documento para
386 mandar ao CODEFAT, razão pela qual sugeria que se examinasse junto ao FAT e aos agentes
387 financeiros Banco do Brasil e CAIXA, a possibilidade de criação de uma linha de crédito para
388 financiar a aquisição, pelos pescadores, dos equipamentos necessários à adaptação de suas
389 embarcações. Destacou que havia aproveitado essa oportunidade para colocar o problema e dizer que
390 era fundamental, como sempre foi, a concessão do Seguro-Desemprego ao pescador artesanal, mas que
391 não era somente isso, não era o período de defeso, existindo mais questões que o Conselho precisaria
392 revisar ou analisar. O Presidente sugeriu uma apresentação da Coordenação do Seguro-Desemprego
393 sobre esse benefício do pescador artesanal para conhecer os diferenciais de defeso nos vários pontos
394 do País e como estaria sendo atendida essa questão. Destacou que na apresentação das contas de 2002
395 se observou que o seguro-desemprego do trabalhador formal correspondia a 98% do total, enquanto o
396 do pescador artesanal representava uma pequena parcela, mas que estava crescendo, sendo necessário
397 ter um quadro geral, bem como informações específicas do litoral norte do estado de São Paulo, para
398 se verificar onde estariam os problemas. Ressaltou a necessidade de programas adicionais para dar
399 suporte aos pescadores devido às exigências com relação às embarcações, feitas pelo IBAMA e pela
400 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, encontrando-se
401 sempre em uma tríade entre MTE, SEAP/PR e IBAMA. Destacou a necessidade de que a Coordenação
402 do Seguro-Desemprego detalhasse um pouco sua aplicação aos pescadores artesanais, registrando que
403 aguardaria a chegada de documentação mais detalhada referente aos trabalhadores do litoral norte. O
404 Conselheiro da CNC referiu-se à exigência que a SEAP/PR fazia quanto a apresentação de cópia do
405 registro da embarcação para tratar do seguro-desemprego. Destacou que a própria Secretaria pedia para

406 ser retirada essa exigência, postergando para julho de 2007 a autorização que venceria em dezembro de
407 2006. Indagou se os pescadores poderiam pescar mesmo não tendo registro da embarcação,
408 observando que eram pescadores profissionais fazendo a pesca artesanal. O Conselheiro da CGT
409 destacou que na mesma água que pescavam pequenos trabalhadores, passavam embarcações de
410 bandeira estrangeira com maior potência arrastando tudo, não tendo ninguém, nem mesmo o IBAMA,
411 que chegasse ao local, mas que em compensação, diziam que os pescadores nacionais, devido à
412 potência do motor, com maior arrasto, teriam que colocar equipamentos nas redes para salvaguardar a
413 captura de tartarugas, com o IBAMA detendo os pescadores com armas, o que havia presenciado. O
414 Conselheiro da CNC indagou se os pescadores estavam pescando, ao que o Conselheiro da CGT
415 informou que não pescavam, mas que as embarcações eram apreendidas e ficavam presas. O
416 Conselheiro da CNC ressaltou que o IBAMA deveria dar uma solução urgente para a questão, para não
417 criar mais problema para a SEAP/PR, com o pagamento constante do seguro-desemprego para uma
418 atividade que não estava sendo permitida o exercício, fugindo à característica do desemprego, que era
419 mais propícia para situação das áreas de defeso ou de acidente, conforme complementado pelo
420 Conselheiro da CGT. O Conselheiro da CNC ressaltou que considerava estranho a própria SEAP/PR
421 solicitar o pagamento do seguro-desemprego por não se entrar em acordo com o IBAMA, questão que
422 precisaria ser resolvida. O Conselheiro da CNA destacou que somente poderia comemorar o interesse
423 do Conselheiro da CGT sobre o assunto, citando o próprio conhecimento sobre o tema. Mencionou
424 que, considerando a complexidade do tema, acreditava não haver dúvida que muitos pescadores, que
425 na realidade eram armadores, se disfarçavam de pescadores artesanais, possuindo 10, 15, 20
426 embarcações características da pesca artesanal, conforme mencionado pelo Conselheiro da CGT, com
427 a limitação do arqueamento da embarcação e potência do motor, o que caracterizava o barco de pesca
428 artesanal e a não relação empregatícia, o trabalho aos moldes da própria agricultura familiar. Observou
429 que o problema de conflito era muito sério porque alguns sistemas de pesca exigiam o uso de isca viva
430 e havia conflitos no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Arraial do Cabo, reservatório dessa
431 isca viva. Ressaltou que também havia conflito com o barco de pesca comercial, que acabava tendo
432 que se submeter ao preço imposto pelo pescador artesanal para vender esse tipo de isca, assunto muito
433 complexo e que não se poderia deixar de mencionar no momento, bem como a falta de cuidado e de
434 políticas que até hoje existia com relação a essa atividade tão importante para o país, se levasse em
435 consideração a extensão do litoral brasileiro. Relatou que no estado do Rio de Janeiro a área marítima
436 era 4 vezes maior do que a área continental, sendo 603 quilômetros de costa por 200 milhas de águas
437 territoriais brasileiras e, infelizmente, na atualidade esse estado se comparava a Moçambique, pois não
438 tinha um terminal de pesca, havendo embarcações em São João da Barra que eram colocadas no mar
439 por tratores. Relatou que o Governo Federal desapropriou uma área, depositou o valor, sendo que o
440 terminal não havia sido construído, estando de favor na Ilha da Conceição, em Niterói. Colocou que

441 gostaria de chamar atenção para o fato de que o objetivo do CODEFAT era basicamente garantir a esse
442 pescador artesanal, que ficava proibido de pescar durante a época do defeso, acesso à meios de
443 sobrevivência. Registrou que, sendo agendada uma reunião específica pra tratar desse assunto, poderia
444 trazer pessoal especializado, pescadores e armadores, para mostrarem os seus problemas e assim o
445 Conselho obter informações mais completas sobre o assunto. Dirigindo-se ao Conselheiro da CGT
446 observou que quando se falava em registro de embarcação, citando a presença do Representante do
447 Ministério da Previdência Social - MPS, recordava que a Lei nº 8.212/1991 determinou o
448 cadastramento do agricultor familiar, e até hoje ele só era conhecido da Previdência no momento em
449 que pedia um benefício, e que ninguém sabia quantos eram até o momento desse cadastro, o que
450 esperava não acontecesse com o pescador artesanal. Reiterou o pedido de que, quando houvesse essa
451 reunião, fosse feita uma comunicação antecipada para que pudesse trazer o pessoal do Sindicato dos
452 Armadores de Pesca do estado do Rio de Janeiro, para que se manifestassem sobre o assunto. O
453 Presidente ratificou o encaminhamento anterior, de que fosse realizada uma apresentação da
454 Coordenação do Seguro-Desemprego sobre a questão do benefício do seguro-desemprego ao pescador
455 artesanal, para conhecer os diferenciais de defeso nos vários pontos do País e os problemas
456 decorrentes, bem como que aguardaria a chegada de documentação mais detalhada relativa aos
457 trabalhadores do litoral norte. Em seguida, questionou se poderiam ser considerados aprovados os
458 assuntos de homologação. Em não havendo manifestação contrária, considerou os Itens de 5 a 12
459 aprovados. O Presidente passou para **IV – APRESENTAÇÃO – Item 13. Balanço dos seguintes**
460 **Programas (2003-2006): Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego - PLANSINE,**
461 **Programas de Geração de Emprego e Renda – PROGER vinculados a depósitos especiais, Fundo**
462 **de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER e Plano Nacional de Qualificação -**
463 **PNQ.** Solicitou à Coordenadora-Geral da Coordenação Geral de Emprego e Renda - CGER, Sra.
464 Adriana Ligiero, que fizesse a apresentação do balanço geral 2003 a 2006 do PLANSINE e dos
465 Programas vinculados à depósitos especiais. A Coordenadora-Geral da CGER, indicando o material
466 existente na pasta dos Conselheiros, deu início à apresentação pelos programas relacionados ao
467 Sistema Nacional de Emprego - SINE, convênios que incluíam execução das ações de orientação
468 profissional, intermediação de mão-de-obra, habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego e
469 Pesquisa de Emprego e Desemprego - PDE. Esclareceu que se trataria nesse balanço dos principais
470 destaques de 2003 a 2006, apresentando algumas questões relacionadas à alterações na forma de
471 operacionalização, de critérios de repasse de recursos e alguns destaques de determinados públicos,
472 com todas as questões aprovadas pelo Conselho por resoluções, bem como um quadro com
473 desempenho do Sistema ao longo desses anos. Destacou, inicialmente, uma alteração bastante
474 significativa aprovada pelo CODEFAT mediante a Resolução nº 385/2004, que estabeleceu um novo
475 critério de repasse dos recursos para as ações do SINE e que passou a destinar os recursos da

476 intermediação de mão-de-obra tendo em vista o tamanho do público alvo a ser atendido, bem como
477 alguns segmentos do mercado de trabalho mais vulneráveis ao desemprego. Ressaltou a integração das
478 ações de intermediação de mão-de-obra e habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego ademais de
479 estabelecer critério relacionado ao desempenho das ações, destinando maiores recursos àqueles com
480 melhor execução na habilitação do seguro-desemprego e estabelecendo a continuidade da execução da
481 PED. Observou que esse mesmo critério que distribuía os recursos por estado, os distribuía para os
482 conveniados na proporção do número de postos de atendimento, também utilizado para distribuição de
483 recursos em 2005, a partir da Resolução nº 419/2005, que veio restabelecer esse mesmo critério para o
484 ano subsequente. Em particular, um dos itens mencionados em relação à Resolução nº 385/2004 era a
485 destinação de recursos em patamar mais elevado, conforme o tamanho de determinados públicos
486 prioritários, quais sejam: trabalhadores acima de 40 anos com até o ensino fundamental incompleto,
487 mulheres com até o ensino médio completo e jovens de 16 a 24 anos com até o ensino médio
488 completo; o que acabou significando, de fato, um estímulo a busca de recolocação desses
489 trabalhadores. Os dados demonstraram que, em uma comparação de triênios, que eram os dados
490 fechados nesse triênio de 2003 a 2005, aumentou o número de jovens com esse perfil, de mulheres e de
491 trabalhadores maiores de 40 anos no Sistema. Destacou que essa nova destinação de recursos surtiu o
492 efeito desejado, ressaltando que esses dados eram relacionados apenas àqueles postos informatizados
493 com o Sistema de Gestão de Ações de Emprego - SIGAE. Observou tratar-se dos principais postos que
494 conseguiram desdobrar, ocorrendo ao longo dos últimos anos uma ampliação da rede de atendimento,
495 de 942 postos em 2002 para 1.155 postos em 2006. Ressaltou que em 2005 o número era praticamente
496 o mesmo de 2006, 1.150 aproximadamente, esclarecendo que no ano em curso, apesar da abertura de
497 novas unidades, foi feito um trabalho junto aos conveniados para fechar postos de atendimentos
498 improdutivos com vistas a ter uma destinação dos recursos mais transparentes. Informou que foram
499 descobertos alguns postos em operação e que não constavam nos cadastros, apesar do esforço em ter
500 um retrato mais fiel de atendimento, havendo uma ampliação razoável dos postos para esse serviço.
501 Informou sobre a informatização das unidades de atendimento, bastante importante, com a busca
502 progressiva de informatização com o SIGAE, de modo a ter maior qualidade e agilidade no
503 atendimento, bem como aumentar a confiabilidade e o controle sobre a execução das ações.
504 Mencionou que como conseqüência do esforço ao longo desses anos, a rede informatizada com o
505 SIGAE passou de 59%, em 2002, para 70% em 2006, valendo o destaque de que os recursos de
506 investimento ainda disponíveis no final do ano, sendo destinado maior limite orçamentário, foram
507 priorizados para informatização da rede de atendimento com o SIGAE, que deverá chegar, no ano de
508 2007, próximo dos 90%. Ressaltou que foram utilizados os municípios de maior porte, havendo nesse
509 ano, a homologação de um dos compromissos do Termo de Ajuste de Conduta - TAC com a Empresa
510 DATAMEC, que foi uma base de gestão que já estava permitindo, desde setembro, informações

511 gerenciais a respeito do programa para que eles pudessem ser informatizados com o SIGAE. A
512 Coordenadora-Geral da CGER informou que havia colocado por último, como principal destaque e por
513 uma questão cronológica, uma das grandes alterações em relação ao SINE nos últimos anos, que foi
514 consequência dos Congressos do SPETR, cujas deliberações tiveram repercussão imediata em relação
515 à execução, com o desdobramento na Resolução nº 466/2005. Destacou que essas alterações foram o
516 acesso universal do trabalhador e a integração das ações ao Sistema, destacando que atualmente já não
517 se falava mais simplesmente de convênio do SINE e sim de Convênio Plurianual Único para as ações
518 de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, habilitação de trabalhador ao seguro-
519 desemprego e qualificação social e profissional. Observou que não havia mais sobreposição no
520 território, havendo um fortalecimento das instâncias tripartite e paritárias e a prioridade no
521 atendimento aos públicos mais vulneráveis ao desemprego. Colocou que os principais pontos
522 destacados em relação aos Congressos foram contemplados na Resolução nº 466/2005 e no Termo de
523 Referência aprovado pelos Conselheiros e que trouxeram inovações como, por exemplo, um Plano
524 Plurianual Estadual que era único para todo estado, diferentemente do número de executores, um
525 Convênio Plurianual Único integrando as ações do SPETR e que também alterou os parceiros que
526 podiam participar do Sistema até o ano passado. Relatou que estavam contempladas todas as Unidades
527 da Federação – UF e que alguns municípios já haviam tido experiência piloto, acrescentando que as
528 centrais sindicais, a partir desse ano, deixaram de executar diretamente as ações em convênio com o
529 Ministério, sendo incluídas capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, destacando que em
530 2006 foram firmados 41 convênios únicos, ou seja, com todas as UF e mais 14 grandes municípios.
531 Colocou que, do ponto de vista dos recursos conveniados ao longo dos anos, 2003 ainda se manteve
532 com um patamar parecido com o que se tinha em 2002 e que os períodos de 2004 e 2005 registraram
533 queda no volume de recursos em relação aos anos imediatamente anteriores, sendo que em 2006, a
534 partir dos aditivos recém firmados, seria restabelecido um patamar similar ao de 2003. Destacou que,
535 originalmente, foram conveniados aproximadamente R\$ 105 milhões e que nessa semana foram
536 celebrados aditivos a partir de uma ampliação dos limites orçamentários, e de recursos disponíveis no
537 orçamento e em créditos extraordinários, passando, então, a R\$ 120 milhões nas ações de orientação
538 profissional, intermediação de mão-de-obra e habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego e PED.
539 Esclareceu que os dados relacionados à qualificação seriam oportunamente apresentados pelo
540 Departamento de Qualificação - DEQ e que o desempenho da intermediação de mão-de-obra apontava
541 para uma relativa estabilização do desempenho ao longo dos anos, conseguindo ampliar o acesso do
542 público prioritário, obtendo uma maior focalização. Ressaltou que em termos dos números gerais,
543 mantiveram-se mais ou menos estáveis, apresentando apenas o desempenho de janeiro a outubro de
544 cada ano, porque eram esses os dados que tinham para o ano de 2006. Concluindo, observou que do
545 ponto de vista do número de trabalhadores segurados no SINE houve uma razoável ampliação,

546 primeiro uma pequena queda em 2004, mas depois uma ampliação em 2005 e 2006. Na seqüência, o
547 Presidente passou a sua exposição, observando que a Coordenadora-Geral da CGER havia colocado
548 uma parte específica da intermediação de mão-de-obra, tendo desde a gestão participativa, os vários
549 programas de financiamento do PROGER, o abono salarial, a intermediação, a qualificação, seguro-
550 desemprego, informações do mercado de trabalho e também algumas informações complementares do
551 Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, que não era operado com recursos do
552 FAT, mas que também estava sob gestão da política pública do emprego. Relatou que era bom
553 ressaltar que sempre se estava com um pequeno déficit primário na questão das notas da receita e
554 despesas e a grande tarefa, enquanto CODEFAT, sendo bom recordar que tinham colocado no
555 Congresso do SPETR, que nas ações ativas da qualificação, intermediação, operação de informações
556 do mercado de trabalho, se tivesse um percentual mais significativo de aplicações de recursos,
557 conforme colocado pelo próprio Conselho. Destacou que eram retirados 20% dos recursos, sendo 40%
558 recursos do BNDES e R\$ 10,2 bilhões recursos que iam para o abono salarial, seguro-desemprego e as
559 demais ações do SPETR, com os dados de 2005 mostrando a constante preocupação de sempre
560 reverter a ação para uma ação ativa, tanto nos programas de desenvolvimento e financiamento do FAT
561 como a sua ação ativa das diversas funções do Sistema Público de Emprego. O Presidente colocou que
562 era bom ressaltar, também, que no acompanhamento do CODEFAT até setembro desse ano havia nos
563 5.563 municípios, 3.702 Comissões de Emprego criadas, das quais 3.108 já homologadas, sendo
564 denominadas em âmbito estadual e do Distrito Federal de Comissão Estadual de Emprego - CEE, e a
565 nível municipal de Comissão Municipal de Emprego - CME. Recordou a todos que no presente ano
566 foram realizados dois grandes convênios dentro da qualificação, a preparação e o curso de mais de 400
567 conselheiros, atendendo a representação empresarial, trabalhadora e do governo nas várias regiões do
568 país. Ressaltou o desafio para poder atingir a marca de 3.108 Comissões, citando a renovação de
569 convênios para poder ampliar essa continuidade de aperfeiçoamento da gestão participativa.
570 Referindo-se aos vários programas de financiamento do FAT, especialmente a nova sistemática dos
571 depósitos especiais, destacou que com a aprovação, na presente reunião, dos TADE e Termos Aditivos
572 em torno de R\$ 2.1 bilhões, se estaria chegando a aproximadamente R\$ 19,5 bilhões em 2006, dado
573 que se teria sistematizado de 2006 até o final de março de 2007. Relatou que havia uma
574 disponibilidade de recursos para micro e pequenas empresas no FUNPROGER, infra-estrutura,
575 construção civil, FAT - Exportação, inovação e difusão tecnológica, política industrial, etc, de cerca
576 de R\$ 60 bilhões, que contribuirão em muito para a manutenção e geração de novos postos de trabalho,
577 sendo importante verificar que havia crescido no atual período a taxa de cobertura concluída, estando
578 em pagamento e chegando a 94,44%, frente a uma média de períodos anteriores a 2002 de 82,32% de
579 taxa de cobertura. Destacou que mais trabalhadores haviam conseguido receber o abono salarial nessa
580 ação desenvolvida e aperfeiçoada com os dois grandes operadores do PIS e PASEP, o Banco do Brasil

581 e a CAIXA. Observou que o SPETR referido pela Coordenadora-Geral da CGER, foi o grande desafio
582 da implementação mais integrada a partir da Resolução nº 466/2005, estando, com os convênios
583 plurianuais únicos, atendendo a todos os estados, havendo a incorporação das centrais sindicais,
584 através de 2 estados e dos demais municípios. Informou que atualmente se estava atendendo, além dos
585 26 estados e DF, mais 14 Municípios, quais eram: Osasco, Guarulhos, Diadema, Santo André, São
586 Paulo, Recife, Manaus, Belém, Fortaleza, Salvador, Campo Grande, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e
587 Porto Alegre, estendendo essa execução de 2006 até 31 de março de 2007. Ressaltou que os recursos
588 que estavam disponíveis na questão da intermediação foram colocados nessa execução,
589 complementados com recursos de investimentos para se poder informatizar ainda mais o SPETR
590 nesses próximos 3 meses. Colocou que alguns estados e municípios, inclusive, aproveitando a presença
591 do Representante do Fórum Nacional de Secretários do Trabalho – FONSET, estavam demorando na
592 execução, principalmente na questão da qualificação, apesar de todo o esforço do DEQ na cobrança de
593 uma execução mais ágil. Observou que era necessário evoluir para a questão da orientação e
594 certificação profissional, fomento para as atividades empreendedoras, necessárias para atividades
595 autônomas ou combinadas ou correlatas com a economia solidária, importante para dar alternativas de
596 trabalho e renda àqueles que procuravam emprego no SPETR, informando que o Sistema colocava, por
597 ano, aproximadamente 900 mil trabalhadores. Destacou que se estava buscando mais recursos para
598 essa intermediação, precisando também, em um curto espaço de tempo, informatizar todos os postos.
599 Informou que o Secretário-Executivo colocou um elemento importante no Termo de Ajuste de
600 Conduta - TAC com o Ministério Público Federal - MPF, a DATAMEC e o TCU, para poder avançar
601 de fato e ter, conforme colocado pelo Vice-Presidente em dezembro de 2005, a questão do sistema
602 informatizado e integrado em todo território, ressaltando o atendimento maior para os grupos mais
603 vulneráveis, jovens até 24 anos, mulheres e pessoas com mais de 40 anos, com um comparativo de
604 efetividade no atendimento de cerca de 25 % em relação ao período do governo anterior. Destacou que
605 o Diretor do DEQ colocaria alguns aspectos mais importantes com relação ao PNQ, que estava
606 integrado ao SPETR. Enfatizou que foram abertas duas frentes importantes, os Planos Setoriais de
607 Qualificação - PlanSeQs para a demanda de desenvolvimento de atendimento aos públicos mais
608 necessitados, em um esforço de integração e para dar vazão às demandas existentes no mercado de
609 trabalho; e aquelas de intermediação de mão-de-obra. Referiu-se ao crescimento da carga horária
610 média, inclusive com elevação gradativa de recursos e considerou o valor de R\$ 89 milhões muito
611 pequeno para a execução, sabendo que havia 1,5 milhão de vagas e só 900 mil eram preenchidas,
612 devido à falta de qualificação profissional. Destacou que não dava para falar em formação permanente
613 ou fazer frente às novas tecnologias se não se ampliasse esse aspecto da qualificação e seguro-
614 desemprego, com um crescimento significativo em valores, até em função do aumento do salário
615 mínimo, o que repercutiria muito forte na questão do seguro-desemprego. Ressaltou que o objetivo era

616 melhorar a taxa de cobertura e fazer com que essa assistência diminuísse, tendo-se maior custeio nas
617 ações ativas do Sistema Público de Emprego. Quanto à questão das informações do mercado de
618 trabalho, observou ter havido durante o ano o aperfeiçoamento de algumas famílias ocupacionais, a
619 Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que estava sendo concluída, e o CAGED, com um
620 salto bastante significativo, e que, no dia seguinte, 19 de dezembro, o anúncio do mês de novembro,
621 com o Ministro do Trabalho e Emprego anunciando um novo número, chegando nesse período em
622 cerca de 5 milhões. Destacou a importância, fruto do Conselho, da aprovação de resolução para melhor
623 acompanhamento da PED, que estava sendo realizada em 7 grandes regiões metropolitanas, inclusive
624 unificando os vários procedimentos, com uma questão que não advinha dos recursos do FAT, que era a
625 questão do PNPE. O Presidente passou a apresentar os vários números, o conjunto de ações sob a
626 responsabilidade do MTE, com várias parcerias e com o Sistema “S”, conseguindo duplicar o número
627 de matrículas de aprendizagem, visto que a Lei do Aprendiz foi estendida, até mesmo em função do
628 PNPE, até 24 anos. Destacou que se fosse somado o conjunto das várias ações em 2006, se teria 1,6
629 milhão de jovens que foram atendidos nessas diversas modalidades do programa do primeiro emprego.
630 Resumindo, observou que esse era um balanço que achava muito importante para o CODEFAT,
631 demonstrando que esse diálogo social estabelecido entre Governo Federal, FONSET, representações
632 empresariais e de trabalhadores, tinha sido muito produtivo nesses últimos 4 anos e o grande desafio
633 agora era aperfeiçoar o conjunto das ações, tanto nos programas de políticas de financiamento do FAT,
634 a partir do próximo período, como também o desafio de ter o SPETR integrado e participativo.
635 Informou sobre a realização de um importante seminário em Brasília, onde se estava fazendo um
636 balanço de todos os programas de ação específica de qualificação, destacando que gostaria que o
637 Diretor do DEQ fizesse uma apresentação mais detalhada sobre a qualificação profissional. O
638 Conselheiro da CGT sugeriu que o material fosse distribuído antes da apresentação para melhor
639 acompanhamento de sua apresentação, ao que o Presidente observou ser melhor a apresentação de todo
640 o bloco, para esclarecimentos posteriores. O Conselheiro da CNC solicitou licença para se retirar da
641 reunião, ao que o Presidente agradeceu sua presença, passando a palavra ao Diretor do DEQ, Sr.
642 Almerico Biondi. O Diretor do DEQ destacou a alteração efetuada da data para a realização do
643 Seminário Nacional de Avaliação de Políticas Públicas de Qualificação do SPETR, considerando que o
644 balanço das ações deveria ser apresentado primeiramente ao CODEFAT e depois aos demais atores
645 sociais e informou que os anais do Seminário seriam distribuídos para que os Conselheiros pudessem
646 avaliar e ter uma análise mais detalhada e qualitativa. Destacou que a idéia era tentar combinar
647 números com questões qualitativas e quantitativas, vinculando a discussão com o Plano Plurianual -
648 PPA e com seus indicadores: eficácia, eficiência e qualidade pedagógica, e que em 2006 o Conselho
649 prorrogou a discussão até março de 2007 por não se ter os dados. Informou que foi estabelecido como
650 meta 65% de integração, chegando em 2004, 2005 e março de 2006 ao percentual de 74%, chamando a

651 sua atenção o percentual de 55% de integração direta com o SPETR. Em relação a esta atividade social
652 observou ser uma questão que estava colocada no PPA, registrando a cobertura relativa ao grupo
653 específico da população vulnerável, no caso de mulheres, superando-se a meta de 120%, o que
654 significava que a população vulnerável que estava sendo atendida era maior que aquela constante na
655 População Economicamente Ativa - PEA. No caso de pretos, pardos e indígenas, observou-se uma
656 melhora, contudo não se alcançou a meta de 150%, referindo-se, também, às pessoas de baixa
657 escolaridade, ou seja, as pessoas que estavam abaixo do ensino médio e procuravam a qualificação
658 porque os cursos regulares de ensino médio não davam formação profissional, destacando que o
659 número de universitários caiu de 5% para 2,5%. Citou o percentual de ocupados e desocupados,
660 atualizando os dados da qualificação apresentados em 2005 que chegou a 194,53 horas, em 2003 a
661 meta era 120 horas e chegou a 108 horas. Relatou os procedimentos em andamento, com programas
662 piloto em alguns estados, mas que não estavam em funcionamento, para a qualificação de tomadores e
663 agentes de microcrédito, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado -
664 PNMPO. Informou que o programa de qualificação do trabalho doméstico cidadão estava com
665 proposta de ampliação, e citou algumas áreas com demanda de qualificação: catadores de material
666 reciclável, acampamento da reforma agrária, economia solidária, software livre, agricultura familiar,
667 turismo ecológico e social, fruticultura no baixo e médio São Francisco, construção civil, plásticos,
668 pólo aeronáutico, logística, comércio, área naval, hidrelétrica, etc. O Diretor do DEQ ressaltou que
669 terminados os projetos setoriais, passaria para os Projetos Especiais de Qualificação - ProEsQs,
670 projetos pequenos, de desenvolvimento de tecnologia, sendo a idéia que eles estivessem disponíveis
671 para a utilização no Sistema Público de Emprego, pelos estados e municípios, de forma gratuita.
672 Informou que no dia seguinte haveria uma exposição dos ProEsQs no Seminário de Avaliação, cuja
673 idéia, inclusive cumprindo um acordo feito com a Controladoria Geral da União - CGU, era de que os
674 estados e municípios pudessem conhecer a fundo como funcionavam essas metodologias e como eram
675 utilizados nos seus processos, citando outros programas interessantes que estavam sendo apresentados.
676 Referiu-se aos convênios chamados de gestão, que atuavam na área estruturante da qualificação, sendo
677 previsto na Resolução 333/2003 que até 15% do total de recursos orçados pelo FAT seriam destinados
678 ao PNQ, valor esse que caiu para 10% no próprio Ministério, existindo 4 grandes convênios com a
679 Unitrabalho, que fazia a avaliação externa, a parceria com o Departamento Intersindical de Estatística
680 e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, e o trabalho na questão dos Conselheiros e dos gestores.
681 Referiu-se aos recursos de 2003 e 2005, quantos processos foram lançados em 2004, significando
682 1,7% do total, sendo que a maioria dos recursos eram voltados para os Planos Territoriais de
683 Qualificação – PlanTeQs - 75%; ProEsQs - 10%; e os Projetos de Gestão - 13,2%. Com o advento dos
684 PlanSeQs, havia um peso maior na discussão, chegando hoje a 26%, sendo que os ProEsQs e os
685 Convênios de Gestão diminuíram significativamente nesse processo, o que tinha relação com a visão

686 do MTE de que era preciso maturar a produção de metodologia, sendo melhor reduzir e aplicar na
687 qualificação na ponta, o que era exatamente 65,94% dos Planos Territoriais e 26,14% dos Plano
688 Setoriais, o que dava cerca de 90% de execução na ponta, o que, como política pública, era algo
689 extremamente importante. O Presidente, convidando os Conselheiros a participarem do Seminário que
690 estava acontecendo no Hotel Nacional, abriu o tema apresentado à discussão. O Conselheiro da CGT
691 observou que era importante que o MTE divulgasse os programas, as ações, os resultados positivos
692 obtidos, todas as políticas adotadas e financiadas com recursos do FAT, pois além de atender aos
693 beneficiários, qualquer que fosse a ação ou programa, o CODEFAT vinha construindo o País já há
694 muito tempo, com uma boa parcela do desenvolvimento da nação passando por dentro das ações
695 definidas pelo Conselho. Referiu-se aos bilhões de reais que passaram por programas que foram
696 criados no Conselho, observando que quando fazia algum debate a respeito do FAT e suas ações
697 gostava de mostrar justamente isso, quanto de recursos do FAT foi injetado na economia. Citou como
698 exemplo o pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego e as ações financiadas junto aos
699 agentes financeiros, ações que tinham que ficar bem claras, bem demonstradas para o governo,
700 autoridades e sociedade. Ressaltou que se fazia política pública de emprego com recursos, tendo
701 convicção que entre todos os recursos orçamentários colocados à disposição da sociedade, o do FAT
702 tinha uma contribuição muito significativa, devendo ser utilizado da forma mais adequada. Colocou
703 que era importante dar conhecimento do que se fazia no Conselho, o que era uma crítica e ao mesmo
704 tempo autocrítica, porque poderia ter pedido isso com maior ênfase no decorrer do tempo, e não agora
705 no fechamento de um ano ou no final do período de mandato do governo. Ressaltou que talvez se
706 houvesse perdido tempo por deixar de enfatizar essas ações positivas, observando que dali em diante
707 talvez até mais recursos devessem ser investidos no sentido de dar essa divulgação. Destacou que, se
708 não fosse desse jeito, poderiam ser assinados TADE e não se mostrar os benefícios resultantes para a
709 sociedade, com os Conselheiros sendo meros burocratas no Conselho, o que gostaria de ver
710 definitivamente visualizado em todos os lugares e em qualquer fórum, não somente no fórum
711 específico do CODEFAT. Enfatizou que gostaria de ver destacado o papel desenvolvido pelo
712 CODEFAT, a fundamentação, a importância dos seus recursos, não só na política pública de emprego,
713 mas, também, nas ações paralelas, que não eram somente as ações constitucionais. Citou o Conselheiro
714 da CNA e o papel por ele destacado na defesa do setor, com o alcance de conquistas e procurando
715 atingir os objetivos e os interesses do segmento, o que ficava só entre os próprios Conselheiros.
716 Ressaltou que não sabia que tipo de uso poderia se dar com relação a isso, mas que deveria haver esta
717 manifestação, com maior destaque para as atividades desenvolvidas. Colocou o exemplo da criação do
718 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, onde um parlamentar,
719 talvez por desconhecer a principal função dos recursos do FAT, quase reteve uma parcela do Fundo.
720 Registrou a importância de os Conselheiros se manifestarem no sentido de esclarecer aos

721 parlamentares, acompanhar do ponto de vista de assessoria parlamentar, para que não se chegasse ao
722 limiar da votação e ter que correr atrás, citando o exemplo da criação das comissões municipais, o que
723 era considerado impossível há uns anos atrás. Enfatizou a conquista feita pela Região Nordeste, com
724 721 comissões homologadas diante de 1.000 da Região Sudeste, vencendo todas as dificuldades e
725 problemas de integração. Destacou que, diante dessas conquistas, os congressos de políticas públicas
726 de emprego deveriam continuar acontecendo, favorecendo a integração e discussão do tema pelas
727 diferentes regiões do país. Relatou o combate à fraude do seguro-desemprego, informando quais os
728 mecanismos utilizados, para poder também mostrar a competência do CODEFAT e o objetivo dos
729 recursos voltados para as políticas relacionadas à captação de vagas e a sua competência em alcançar
730 os números, assim como a preocupação de oferecer ao cidadão inscrito no SPETR o melhor posto ou
731 vaga de trabalho, destacando a qualidade e o alcance da qualificação feita pelo MTE. Colocou que
732 havia defendido a criação dos ProEsQs devido a possibilidade de trabalhar com arranjos produtivos
733 locais e com a questão micro regional, com novidades sendo introduzidas e dando algum resultado,
734 ressaltando que deveria ser mensurado se os recursos estavam sendo bem aplicados do ponto de vista
735 de objetividade, de resultado propriamente dito. Destacou que gostaria de ver, inclusive apresentado
736 pelo CODEFAT, os primeiros projetos, para saber se eles seguiram o foco que o CODEFAT aprovou e
737 apostou, como forma de se conhecer o resultado, para que qualquer um dos Conselheiros, quando
738 questionados, tivesse a ousadia de mostrar programas que davam resultado com eficiência e
739 objetividade, mostrando o que era atender uma necessidade urgente. Finalizou parabenizando pelos
740 resultados alcançados até o momento, ressaltando a necessidade de dar a conhecer as conquistas feitas
741 pelo Conselho e o trabalho realizado. O Vice-Presidente destacou que se chegava ao final do ano com
742 a conclusão de que houve uma gestão melhor dos recursos do FAT, com os programas de liberação de
743 recursos e de empréstimos fluindo bem. Ponderou que na próxima reunião do CODEFAT, final de
744 janeiro, início de fevereiro, o Conselho poderia fazer um balanço do que aconteceu e se haveria
745 necessidade de criar algum programa novo. Parabenizou o Diretor do DEQ afirmando que ele havia
746 feito notável gestão, com um programa rico e diferenciado, comparando-o com outros anteriores e
747 vendo os números de evasão. Ressaltou que era lamentável que se continuasse com péssimos
748 resultados quantitativos, pois os números eram muito pequenos quando se via o tamanho do FAT e a
749 razão pela qual ele foi criado. Observou que era claro que se estava amparando o trabalhador na
750 medida em que se emprestava recurso para depósito especial, dada a geração de emprego e renda, mas
751 que o amparo mais qualitativo era dado aos empregadores. Destacou que no próximo ano haveria de se
752 encontrar uma maneira de trabalhar melhor o orçamento e fazer valer a necessidade do Fundo,
753 reconhecendo que isso era uma política de governo, dependendo muito de empenho, sabendo que o
754 Ministério se esforçava, como os Ministros anteriores, mas que infelizmente no Ministério do
755 Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG a proposta era objeto de corte, desejando que no próximo

756 ano o Presidente da República desse mais poder ao MTE. Indagou o que significava gestão integral,
757 referindo-se ao Item 6, sobre o novo prazo de transição para os municípios assumirem a gestão. O
758 Secretário-Executivo esclareceu que, como decorrência da consertação no Congresso do SPETR e para
759 evitar a presença ou a ampliação de um novo Sistema Público de Emprego, foi aprovado que
760 passassem para os grandes municípios e capitais àqueles postos de atendimento que atualmente
761 funcionavam sob cobertura do convênio com o estado, sendo que havia 18 postos de atendimento no
762 município de São Paulo. O Vice-Presidente indagou se o estado teria que repassar para o município, o
763 que foi confirmado pelo Secretário-Executivo. O Vice-Presidente declarando seu entendimento,
764 colocou que isso evitaria a sobreposição de duas gestões no mesmo território. O Secretário-Executivo
765 esclareceu que como se tratou de um item de forte resistência os secretários do trabalho julgaram que o
766 Conselho deveria aguardar o processo de maturação daquelas outras observações que estavam sendo
767 revistas pela resolução, postergar essa movimentação e consertá-la. Destacou que havia prefeito de
768 capital que não tinham interesse de assumir àqueles postos de atendimento, e outros que julgavam que
769 se estava atrasado demais no processo, com o entendimento passando a ser mais político, tendo que se
770 montar um mapa de organização desse processo de migração dos novos secretários de estado, fazer
771 uma proposta de modo organizado e não com prefeituras sem secretários de estado do trabalho,
772 considerando, inclusive, aquilo que foi proposto e tratado no Congresso. Colocou que se deveria
773 observar onde estava presente a estrutura nas delegacias e subdelegacias, não adiantando mudar
774 competência em estados e municípios, eventualmente avançando em um tipo de espaço adicional de
775 superposição, mas um posto do município continuar em frente ou vice-versa. Destacou que uma
776 grande subdelegacia que fazia atendimento de seguro-desemprego, entre outras ações de emprego do
777 próprio MTE, na realidade seria compor esse mapa na parte de necessidade do mercado de trabalho
778 onde estavam às empresas, os empregos, os trabalhadores desempregados, como se encontravam os
779 equipamentos instalados, montar uma proposição e submeter ao Conselho para discussão e, a partir
780 daí, passar a fazer uma negociação com os interessados, que, mais do que prorrogação de prazo, o que
781 se estava propondo, na realidade, era uma mudança atendendo a um casamento político de uma
782 decisão feita pelo Conselho. O Vice-Presidente observou que considerava prudente essa colocação do
783 Secretário-Executivo, haja vista que esse prazo foi prorrogado em função não só dessa questão
784 política, mas também de uma avaliação melhor dos municípios e capitais que estavam se dedicando
785 com mais afinco a esse trabalho, pois como destacou o Secretário, tinha prefeito ou secretário do
786 trabalho que não quis ou não queria assumir, outro achava que já estava atrasado. Colocou que deveria
787 ser observado quem assumiria e quem não tinha interesse nesse programa, considerando que no
788 próximo ano haveria novos governadores, secretários e coordenadores, achando prudente, já que o
789 prazo era até 31 de março, que no final de janeiro ou início de fevereiro, ou um pouquinho antes da
790 primeira reunião do CODEFAT do ano de 2007, que se fizesse um encontro com esses novos parceiros

791 dos estados para avaliar o seu nível de envolvimento, de conhecimento e de interesse. Ressaltou que
792 seria importante verificar o que eles herdaram, simultaneamente com uma avaliação das capitais que
793 realmente estavam dando certo, porque na verdade, no caso de São Paulo era o segundo ano e Belo
794 Horizonte era o primeiro, avaliando o desempenho e eficácia dos postos dessa nova experiência dos
795 municípios. Relatou que havia visto na nota técnica sobre alteração e distribuição de recursos, que
796 houve parceiros que não quiseram recursos, indagando se isso aconteceu porque não tinham o que
797 fazer, ou porque não estavam bem dimensionados, reiterando que em janeiro, ou fevereiro, se deveria
798 avaliar o ocorrido e submeter ao Conselho. Destacou que estava observando a evolução da concessão
799 do seguro-desemprego e que de 2002 em diante, na verdade em 2006, com projeção, se em novembro
800 e dezembro se fizesse as mesmas habilitações pela média, se estaria pagando R\$ 10,2 bilhões para 5,6
801 milhões de trabalhadores, relatando os percentuais ocorridos no período. Indagou se seria em função
802 do desemprego, do não avanço do SINE, da intermediação de mão-de-obra, observando que o que se
803 via no Sistema era a dificuldade cada vez maior para se colocar as pessoas, em geral por falta de
804 qualificação. Ressaltou que, conforme havia colocado o Conselheiro da CGT, a captação de vagas não
805 aumentou tanto, mas as vagas que se captavam já não se conseguiam preencher com a demanda dos
806 inscritos, principalmente por falta de qualificação. Indagou se não estariam fazendo uma economia
807 errada, pois na medida em que não se investia, fazia 4 anos que a intermediação de mão-de-obra e
808 habilitação para o seguro-desemprego não passava de R\$ 120 milhões anuais, não havia resultado, o
809 mesmo acontecendo com a qualificação. Observou que era necessário ver o que estava acontecendo
810 com o seguro-desemprego, propondo novamente uma avaliação minuciosa no início do ano, de como
811 estava a intermediação de mão-de-obra, a habilitação do seguro-desemprego e a qualificação, estado
812 por estado, capital por capital, até para ver como se trabalharia com os parceiros. Ressaltou que esses
813 parceiros deveriam receber recursos na medida da sua capacidade, do seu envolvimento, e no caso do
814 seguro-desemprego, questionou se não haveria pequenas fraudes ocorrendo, o que daria prejuízo de
815 milhões de reais. O Secretário-Executivo observou que de fato o problema do seguro-desemprego, a
816 corrupção, não o dispêndio financeiro, muitas vezes refletia em aumentos maiores ou menores, devido
817 à rotatividade em determinados anos, sendo que, ao contrário de alguns países do mundo, não se
818 encontraria uma perfeita simetria entre o comportamento do seguro-desemprego e da taxa de
819 desemprego, sequer do volume de desempregados, que à medida que crescia o desemprego deveria
820 haver uma expansão da demanda do seguro-desemprego. O Vice-Presidente reiterou a sua proposta de
821 que, no final de janeiro e início de fevereiro, fosse apresentado no Conselho um estudo, uma análise
822 das pessoas responsáveis por essa área, do que estava acontecendo, em relação a fraudes e ao mau
823 costume, que era uma questão de educação, dando o exemplo das pessoas que iam aos postos receber o
824 benefício do seguro-desemprego sem querer as vagas existentes, recebendo o benefício e depois
825 conseguindo um trabalho. O Secretário-Executivo observou que o nó fundamental do problema era que

826 o benefício virou um auxílio financeiro temporário, então o pressuposto era eventual processo de
827 discussão sobre o Programa e aprimorar a funcionalidade do acesso ao mesmo, a oferta ao mercado de
828 trabalho e que, em sua opinião, a sistemática de recusa, não aprovada pelo Conselho, dava o direito
829 condicional ao trabalhador para julgar que o posto que estava sendo oferecido pelo Sistema era a forma
830 adequada. Destacou que o direito ao benefício do seguro-desemprego deveria ser revisto, acessar o
831 Programa quando fosse absolutamente necessário, discutindo outras alterações importantes. Em
832 seguida, o Diretor do DEQ agradeceu a confiança do Conselho, concordando com o exposto pelo
833 Conselheiro da CGT, sendo necessária uma segunda reunião do CODEFAT para que se pudesse fazer
834 uma exposição detalhada dos resultados do processo, adiantando que foram encontrados problemas,
835 citando a dificuldade de negociação entre os parceiros e com relação à recursos, havendo acordos
836 rompidos e citando casos em que o estado não comparecia para as negociações. O Conselheiro da CGT
837 observou que tinha que ser feita capacitação, citando o PlanSeQs que foi desenhado para atender
838 situação emergencial, ao que o Diretor do DEQ observou que concordava com relação aos recursos,
839 que demoraram para ser obtidos, o que dificultou a implantação da nova sistemática, que estavam
840 preparados pra crescer, existindo uma sistemática de trabalho que garantia essa efetividade, que foi
841 colocada para acontecer em larga escala. O Diretor do DEQ ressaltou que havia um grande debate
842 sobre qual seria o papel do MTE com relação à qualificação profissional, acrescentando que na
843 Conferência de Educação Profissional Tecnológica, ele e o Secretário-Executivo defenderam de forma
844 enfática os recursos do FAT, bem como o papel e os detalhes dos recursos, havendo uma discussão
845 sobre sua aplicação na escolarização, o que era função do Ministério da Educação - MEC. Destacou
846 que os recursos do FAT tinham como função qualificar para um posto de trabalho ou garantir o
847 seguro-desemprego, tendo que haver recurso suficiente pra atender a isso. Ressaltou três fatores
848 essenciais para o preenchimento das vagas porventura existentes: escolaridade, experiência e
849 qualificação. O Vice-Presidente observou que o CODEFAT, o MTE e o Governo deveriam buscar
850 entendimento sobre o que fazer com os recursos do FAT, para ficar livre da agressividade e da busca
851 dos recursos do Fundo para outras finalidades. O Presidente ressaltou que precisaria, a partir dessa
852 nova gestão, colocar em evidência e aprovação a lei do novo Sistema Público de Emprego, e que seria
853 necessário discutir no final de janeiro, ou início de fevereiro, colocar na ordem do dia, até para não se
854 ficar refém de parlamentares, ou do problema ocorrido com o desvio de recursos do FAT no passado,
855 em relação ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR. Destacou que era preciso
856 dar maior vitalidade pra esse conjunto de ações que seriam colocadas na ordem do dia, no início da
857 nova legislatura, sendo uma questão até na discussão de planejamento estratégico da Secretaria de
858 Políticas Públicas de Emprego - SPPE em relação à questão do CODEFAT, de colocar esse tema como
859 um dos pontos centrais. Enfatizou que essa questão teria que ser colocada para reverter todo esse
860 quadro e, assim, não ficar refém dos recursos na qualificação, ampliando-se os recursos do seguro-

861 desemprego até pela questão do Cartão Cidadão, o próprio custo elevado em função do aumento do
862 salário mínimo. O Presidente comunicou a preparação de uma publicação que ficaria pronta a partir da
863 segunda quinzena de janeiro, com as primeiras 500 resoluções do CODEFAT, considerando muito
864 importante o bloco de resoluções, até para poder resgatar desde o início quais foram essas resoluções e
865 também um pequeno balanço da evolução do conjunto das resoluções e dos programas e que seria
866 lançada na próxima reunião do CODEFAT. Mencionou que o Diretor do DEQ colocou a questão de
867 resolução dos PlanSeQs, de se combinar melhor com as CEE, sendo que foram convocadas as
868 secretarias e referidas Comissões para estarem presentes, tornando isso mais obrigatório. Ressaltou que
869 além do anúncio do Diretor do DEQ de ampliar o custo, o valor da hora/aula da qualificação, seriam,
870 também, implementadas resoluções pra agilizar o processo de operacionalização das ações e
871 qualificação no sistema de emprego, o que ajudaria a pressionar para obter mais recursos, recuperando
872 o poder de execução do próprio FAT. Recordando a questão do FUNDEB relatou a conversa mantida
873 com o Senador Paulo Paim, o qual reconheceu que não dava para retirar recursos do FAT, já que a sua
874 missão constitucional (art. 239 da Constituição Federal), dentro do Programa Seguro-Desemprego e
875 pela Lei nº 7998/1990 era, também, oferecer para os trabalhadores de baixa renda e escolaridade uma
876 oportunidade de qualificação, que se precisava ampliar. Destacou que se estava estudando com o
877 gabinete do Senador Paim uma alternativa que não fosse a retirada do próprio FAT. Ponderou que no
878 segundo período o Conselho deveria partir para uma operacionalização com maior volume de recursos,
879 que combinado com o processo de crescimento econômico, de maior política ativa, permitiria melhorar
880 a intermediação de mão-de-obra e, ainda, ampliar a qualificação profissional como um todo,
881 desenvolvendo novas ações. O Presidente passou para **V – INFORME. ITEM 14 - Andamento do**
882 **cronograma de análise das metodologias desenvolvidas no âmbito do ProEsQs e a forma de**
883 **aproveitamento (Recomendação da SFC contida no Relatório de Auditoria de Gestão do FAT –**
884 **exercício 2005).** O Secretário-Executivo observou que era praxe a recomendação da Secretaria Federal
885 de Controle - SFC de apresentação do cronograma de análise dessa metodologia, informando que o
886 cronograma seria enviado aos Conselheiros, ficando o Departamento de Qualificação e a Secretaria
887 Executiva do CODEFAT à disposição para esclarecimentos a partir de uma comunicação formal,
888 entendendo que desse modo estaria se cumprindo à recomendação da SFC. Na seqüência, o
889 Conselheiro da CNA solicitou que o Diretor do DEQ aprofundasse, assim que fosse possível, o assunto
890 da evasão na área rural e do aumento da carga horária, especialmente quanto à qualificação de
891 trabalhadores voltados para o mercado de trabalho da agricultura comercial, considerando que a
892 qualificação para assentados ou pessoas que estivessem envolvidas com processos de reforma agrária
893 demandava outro tipo de disponibilidade de tempo. Observou que gostaria de ver como estava
894 funcionando esse assunto, uma vez que para o cenário era um problema muito sério, que em qualquer
895 treinamento acima de 40 horas havia uma dificuldade muito grande do empregador liberar o seu

896 trabalhador para participar desses eventos, solicitando, então, essa providência. Quanto ao mais,
897 destacou que gostaria de citar pontos, que continuaria insistindo e procurando trabalhar, primeiro
898 quanto ao aprendiz no caso do Sistema S para atuar nessa área, observando que a legislação que tratava
899 do trabalho do aprendiz não previu o trabalhador rural, determinando exceções apenas para o
900 trabalhador urbano, quando não qualificava o tamanho da empresa rural, só mencionava a pequena e
901 média empresa, mas não estratificava que obrigação era essa com relação ao empregador rural.
902 Observou que o empregador rural, ao contratar um trabalhador, ficava sujeito à lei do aprendiz e
903 precisava contratar um desses, pelo menos ficando aberto ao arbítrio do auditor fiscal do trabalho, uma
904 vez que não havia essa clara identificação das exclusões de obrigatoriedade do aprendiz para o
905 empregador rural, problema que deveria ser resolvido. Segundo o Conselheiro da CNA, uma questão
906 que limitava o trabalho junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR era a Portaria nº
907 20/2001 da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, que praticamente excluía a possibilidade de se
908 ter aprendizes ou menores na área rural, o que ficava muito bonito em termos legislativo,
909 exemplificando com o menor de 12 anos de idade na América do Norte, que podia ser funcionário do
910 próprio pai ou da propriedade rural em que este trabalhasse, sendo que para trabalhar em outra
911 propriedade necessitava de autorização paterna. Insistiu que não via da parte do governo nenhum
912 esforço preventivo para corrigir esse problema, continuando a insegurança jurídica de produtores
913 rurais, que eram crucificados publicamente apenas com uma fiscalização do MTE, sem o direito ao
914 devido processo legal, com a empresa correndo o risco de ter suspenso, da noite para o dia, o seu
915 crédito bancário e a venda dos seus produtos no mercado. Citou a questão da saúde e segurança apenas
916 para comemorar a correção, que certamente já havia sido feita, do item de máquinas e implementos
917 agrícolas quanto à ergonomia, que estava sendo imposta ao produtor rural e não ao fabricante desses
918 produtos. Observou que, após longa pesquisa na Internet, a CNA conseguiu provar que o equipamento
919 de proteção contra tombamento de tratores não era fabricado no Brasil e que custava em torno de R\$
920 50 mil, o preço de um trator agrícola até 70 HP. Destacou que precisava resolver como se faria com a
921 recomendação para que o tratorista usasse cinto de segurança, haja vista que sem esse equipamento ele
922 não deveria usar o cinto, pois em caso de acidente teria a chance de ser projetado fora da área de
923 tombamento do trator. Por fim, mencionou o problema da formalização dos contratos de trabalho na
924 área rural, do segurado especial e do contribuinte obrigatório da previdência, relatando que à
925 semelhança do que ocorria no caso do seguro-desemprego, o trabalhador preferia ficar na
926 informalidade à perder sua condição de segurado especial, e o empregador, para dividir o custo social
927 do trabalho, melhorava um pouquinho a remuneração, mas roubava do trabalhador a possibilidade de
928 seguridade social. O Conselheiro da CNA congratulou os presentes, colocando que era raro na história
929 registrar as pessoas que conseguiram ultrapassar a mera necessidade de subsistência e, assim, prestar
930 serviços públicos de interesse do país, como era o caso de todos os Conselheiros. Finalizou, desejando

931 a todos Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, que pudessem continuar trabalhando juntos. O
932 Presidente destacou que, enquanto Presidente do CODEFAT e Secretário de Políticas Públicas de
933 Emprego, se dispunha a propor uma reunião entre CNA, SPPE e SIT, para discutir mais
934 especificamente essa questão do aprendiz, acrescentando que o MTE estaria à disposição da CNA para
935 abordar este e outros assuntos. O Conselheiro da CGT solicitou ao Diretor do DEQ que começasse a
936 examinar a possibilidade de incluir nos debates a questão de certificação com a parte relacionada à
937 política de responsabilidade social, inserindo na discussão a Norma Brasileira de Responsabilidade
938 Social - NBR 16001/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e a futura ISO
939 26000, em processo de elaboração, por ter certeza absoluta que combinava com a necessidade e a
940 discussão da certificação. Destacou que gostaria de registrar que nos dias 11 e 12 de dezembro
941 aconteceu a final do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica de 2006, onde participaram 677 projetos,
942 dos quais foram selecionados e analisados pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP o total de
943 30 projetos, sendo que os 6 primeiros colocados receberam o prêmio no Palácio do Planalto, o que já
944 era constante todos os anos e do qual participava como membro do conselho do grupo de jurados.
945 Relatou que era um prêmio muito bem organizado e participativo, com uma grande relevância, sendo
946 que o CODEFAT precisava convidar a FINEP para fazer uma exposição sobre a performance do
947 referido prêmio, que a cada ano ficava melhor. O Presidente, em nome do Ministro Luiz Marinho, do
948 Secretário-Executivo, Marco Antônio de Oliveira, e de todos os funcionários do MTE, desejou a todos
949 um Feliz Natal e Próspero Ano Novo, ressaltando que todos tinham muito trabalho pela frente para
950 alcançar crescimento econômico com emprego de qualidade, com a manutenção e geração de postos
951 de trabalho. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente do
952 CODEFAT deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Carlos
953 Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que,
954 após aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por
955 mim.

REMIGIO TODESCHINI
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

LUIS FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR
Secretário-Executivo do CODEFAT

ITAZIL FONSECA BENÍCIO DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante do MAPA

Continuação da Ata da 90ª Reunião Ordinária do CODEFAT

GERALDO ALMIR ARRUDA
Conselheiro Suplente Representante do MPS

MARIA IZABEL REZENDE ABOIM
Conselheira Titular Representante do BNDES

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CGT

FRANCISCO BRAGA DE SOUZA
Conselheiro Titular Representante da SDS

LOURIVAL NOVAES DANTAS
Conselheiro Titular Representante da CNI

RODOLFO TAVARES
Conselheiro Titular Representante da CNA

ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Conselheiro Suplente Representante da CNC
